

## Ensino médio incompleto eleva barreira ao emprego

*Por Ana Conceição*

O mercado de trabalho vive momentos difíceis há três anos, mas para um grupo em especial, o dos trabalhadores com ensino médio incompleto, a situação é pior. É nessa faixa de escolaridade que está a maior taxa de desemprego e um dos menores rendimentos médios, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua trimestral, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Eles são 7,2% da força de trabalho, mas representam 12% da população total desempregada. No primeiro trimestre deste ano, último dado disponível, a taxa de desemprego desse grupo chegou a 22%, bem acima da média de 13,1%. O desemprego e o salário são piores, inclusive, do que para aqueles com ensino fundamental completo. Por trás desses números, além dos efeitos da crise econômica, existe situação complexa que envolve questões sociais - como desigualdade e evasão escolar - e demográficas.

De acordo com informações compiladas pela pesquisadora Thais Barcellos, da consultoria iDados, o trabalhador desempregado com ensino médio incompleto é em geral jovem: em média, tem 24 anos. Segundo ela, os números mostram que o mercado "premia" aqueles que conseguem concluir os ciclos educacionais, ainda que seja apenas o fundamental. "Ter diploma no Brasil parece ter efeito não só sobre salário, mas também sobre o ingresso no mercado de trabalho. Quem desiste no meio do caminho acaba ficando para trás", afirma, acrescentando que o "efeito-diploma" não é exclusivo do país.

O pesquisador Bruno Ottoni, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV) e também do iDados, aponta questões demográficas. Há um número menor de pessoas com apenas o ciclo fundamental entrando no mercado de trabalho, contribuindo para não pressionar a taxa de desemprego nessa faixa. Já o número de entrantes com ensino médio é maior, o que em tese pressionaria a desocupação. "São dois conjuntos distintos. Os primeiros têm idade média mais alta, estão há mais tempo no mercado de trabalho. O segundo grupo tem idade média mais baixa, com menos tempo de mercado".

Otoni ressalta que a faixa dos trabalhadores com ensino médio incompleto também retrata, em boa parte, o fato de que um grande número de jovens não completa essa fase de ensino e acaba com mais dificuldade de se manter empregado ou mesmo de encontrar

# INFORME

uma colocação. Esse é o diagnóstico de Priscila Cruz, presidente-executiva da ONG Todos pela Educação. "A educação está avançando, mas o país continua a fracassar no ensino médio para a juventude. A evasão é muito alta", afirma. Apenas 57% dos jovens que entram no ensino médio concluíram o ciclo até os 19 anos em 2015. A meta do Plano Nacional de Educação para o período era de 74,5%. No início do século, em 2001, o percentual dos que concluíam essa fase era de apenas 33%. "Avançamos, mas de uma situação que era tão pior, que continuamos ruins", afirma Priscila.

## Escola e trabalho

Taxa de desemprego no 1º tri por escolaridade- em %



Desempregado com ensino médio incompleto tem, em média, **24 anos**

**43%** dos jovens não completam o ensino médio até os 19 anos

**1 em cada 2 jovens** entre 19 e 25 anos correm o risco de ficar fora do mercado de trabalho

Fonte: IBGE, Banco Mundial e Todos pela Educação

O perfil de quem não completa o ensino médio continua o mesmo de anos atrás, afirma Priscila: adolescentes grávidas, meninos e meninas que precisam ajudar a família, deficientes, e jovens desanimados com a escola por diversos motivos. "É geralmente quem está numa situação de vulnerabilidade maior. São jovens a quem o sistema não está preparado para acolher", afirma, acrescentando que é baixa a probabilidade de um jovem concluir o ensino médio após os 19 anos no Brasil.

# INFORME

Além da questão quantitativa, há a qualidade. Apenas 7% dos alunos do ensino médio aprendem o mínimo adequado de matemática. "Esses 7% são aqueles de um nível socioeconômico melhor e que no futuro já estarão mais próximos do mercado de trabalho". E o problema começa bem antes: 55% das crianças até oito anos ainda são analfabetas. "É difícil alfabetizar um aluno do quarto ano do fundamental em diante. São essas crianças que, mais tarde, vão desistir da escola e engrossar as estatísticas de quem não tem o ensino médio concluído".

A formação insuficiente se reflete no mercado de trabalho. Segundo a Pnad Contínua do primeiro trimestre, entre a população desempregada, 46% não tinham ensino médio completo. E ainda: 53,5% da população em idade ativa (ou o estoque de possíveis trabalhadores) e 41,6% dos que estavam ocupados de alguma forma no primeiro trimestre também não completaram esse ciclo de ensino. É preciso ressaltar que a Pnad Contínua pesquisa um universo de pessoas acima de 14 anos, então uma parte delas de fato não poderia ter terminado o ensino médio no momento do levantamento. Mas jovens de 14 a 17 anos são uma pequena parte - 7,7% - da amostra.

No relatório "Competências e Empregos: Uma agenda para a juventude", divulgado em março, o Banco Mundial afirma que o sistema educacional brasileiro falha em atender os jovens e, assim, compromete a capacidade deles de encontrar e manter-se num emprego. Segundo a instituição, um em cada dois jovens com idade entre 19 e 25 anos corre sério risco de ficar fora do mercado de trabalho e, portanto, é mais vulnerável à pobreza.

Ainda sobre ciclos completos de educação, Bruno Ottoni, do Ibre-FGV, diz que há um grande debate sobre se o mercado de trabalho de fato premia quem consegue chegar ao fim deles. Há uma linha que tem ganhado importância, afirma, que considera que habilidades não cognitivas, ou socioemocionais, são importantes nesse processo. São capacidades como autonomia, estabilidade emocional, sociabilidade, capacidade de superar fracassos, curiosidade, perseverança etc.

"Não é só o fato de o aluno saber fazer conta, mas a capacidade de ser resiliente para lidar com frustrações e seguir adiante", diz. Nesse sentido, completar um ciclo de ensino poderia significar mais que apenas aquisição de conhecimento. Mas são especulações para as quais não há conclusão definitiva. "É um puzzle", diz Ottoni. Seja como for, os dados do IBGE mostram que o Brasil ainda está bem longe de ter uma educação mais inclusiva.

(Fonte: Valor Econômico – 30/07/2018)

3

## **Alta na informalidade não antecipa volta do emprego formal, diz estudo**

*No ano passado, economistas afirmavam que aumento no número de trabalhadores informais traria de volta as vagas formais, mas levantamento feito pelo Credit Suisse com base em outras seis recessões vividas pelo País descarta tese*

**Luciana Dyniewicz, O Estado de S.Paulo**

O aumento no número de trabalhadores informais não garante que uma recuperação do mercado formal virá em seguida, ao contrário do que acreditavam muitos economistas no ano passado, quando houve queda no nível de desemprego do País sobretudo entre os trabalhadores sem carteira assinada.

Estudo do Credit Suisse obtido com exclusividade pelo Estado aponta que a recuperação do mercado informal antecedeu a do formal em apenas dois de seis períodos de crise desde 1992.

“Não há evidências de que o mercado informal antecipa a recuperação”, frisa o economista-chefe do banco suíço, Leonardo Fonseca, que analisou o que ocorreu no emprego nos dez trimestres seguidos após seis recessões.

Apenas em 1999 e em 2003 a recuperação do informal antecedeu a do formal.

Nos outros episódios, houve uma situação (2009) em que o inverso foi registrado e casos (1992 e 1995) de contínua deterioração dos indicadores de trabalhadores com carteira assinada enquanto aumentava o número dos sem carteira.

A crise de 2001 teve um comportamento diferente das demais: inicialmente, houve uma melhora nos dois mercados, mas uma nova crise na economia entre 2002 e 2003 fez com que o formal estagnasse e o informal avançasse.

“Tentamos ver se a relação entre recuperação da economia e melhora do mercado informal aconteceu em outras recessões. Não observamos que a população informal reage primeiro e a formal vem depois. Só há relação estatística entre atividade econômica e mercado formal”, acrescenta Fonseca.

# INFORME

## Lentidão

Com PIB crescendo 2%, recuperação do mercado de trabalho continuará devagar, segundo banco

### Parcela de trabalhadores sem carteira assinada\*

EM PORCENTAGEM



### Taxa de desemprego

EM PORCENTAGEM



\*Não inclui trabalhadores domésticos

ESTADÃO

Fonte: Pnad/IBGE

Uma recuperação no número de trabalhadores com carteira assinada, portanto, só vai ocorrer quando a economia voltar a crescer a um ritmo mais expressivo. “O mercado informal tem custos menores. É mais fácil ele reagir. Mas uma retomada do formal só vai acontecer quando a economia se consolidar.” Se o PIB avançar 2% em média nos próximos anos (o Credit projeta 1,8% para 2018), a taxa de desemprego voltará à casa dos 7%, registrada em 2014, apenas no primeiro trimestre de 2023, apontam cálculos do banco. No trimestre entre março e maio deste ano, o desemprego ficou em 12,7%, atingindo 13,2 milhões de pessoas. Um ano atrás, o Credit fez uma simulação semelhante que indicava que o patamar poderia ser atingido antes – no terceiro trimestre de 2022. O desempenho pífio no início deste ano, porém, mudou as projeções. Caso o PIB crescesse 4%, em média, a recuperação ocorreria em setembro de 2021.

## Consumo

Ao contrário das outras recuperações analisadas, em que a retomada foi impulsionada pelo aumento nas exportações e, depois, nos investimentos, a atual está mais baseada no consumo, o que também reduz o nível de contratação, segundo Fonseca. “Houve, por exemplo, o estímulo do FGTS no ano passado. Há características mais temporárias. O nível de incerteza política também é alto. Isso tudo reflete na expectativa de contratação.” Para realizar o estudo, o economista usou dados da Pesquisa Mensal do Emprego, feita pelo IBGE até fevereiro de 2016 com informações das regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

# INFORME

## Analistas refazem contas e preveem menos vagas de emprego

*Greve dos caminhoneiros prejudicou criação de postos; composição do mercado de trabalho também decepciona, com mais informais*

**Luciana Dyniewicz, Impresso**

Criação de vagas com carteira assinada menor do que se projetava inicialmente e piora na composição do mercado de trabalho, com mais informais e menos formais. Esse é o cenário que economistas passaram a projetar para 2018 após a greve dos caminhoneiros e um início de ano mais fraco do que se esperava.

A Tendências Consultoria começou 2018 estimando a criação de 800 mil vagas até dezembro, número que foi reduzido para 350 mil. “Já estávamos vendo o mercado de trabalho perder força com as incertezas domésticas e internacionais. A greve acentuou a perda de dinamismo”, afirma Thiago Xavier, economista da consultoria. A projeção inicial do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), da FGV, era de 600 mil novos postos neste ano. O número caiu para 460 mil. “Os resultados de criação de emprego, principalmente no segundo trimestre, vieram bem mais fracos do que o esperado. E o principal motivo é a greve”, diz o consultor do Ibre Tiago Barreira.

Para o economista Cosmo Donato, da LCA Consultores, além da deterioração nas estimativas de geração de emprego, a composição do mercado de trabalho também piorou. “Esperávamos uma composição mais positiva e achávamos que quem tinha entrado no mercado informal tinha chance de se formalizar.” No acumulado do ano até maio, porém, enquanto houve uma queda de 1,6% nas vagas com carteira assinada do setor privado, o número de trabalhadores sem carteira avançou 5,6%.

A arquiteta Aline Fidalgo, de 38 anos, é uma dos milhares de trabalhadores brasileiros que tentam deixar o mercado informal. “Quero ter direitos como trabalhadora, décimo terceiro salário, férias e uma renda fixa que entra todo mês”, diz.

Desde 2013, por opção, a arquiteta deixou seu trabalho na área de orçamento e gerenciamento de obras para ser professora particular de inglês. Em 2015 e 2016, com a recessão, o número de alunos caiu e, há oito meses, ela começou a procurar vagas formais no segmento em que atuava anteriormente. “Tenho uma experiência de oito anos com orçamento de contratos de empreiteiras, supervisão de planejamento e cronograma de obra, mas, nessa área, quase não há mais vagas e, quando há, exigem muitos certificados e cursos que eu não precisava ter antes, quando trabalhava na área.”

(Fonte: Estado de SP – 30/07/2018)